

A VIDA TEORÉTICA OU CONTEMPLATIVA COMO PLENITUDE DA FELICIDADE NA OBRA *ÉTICA A NICÔMACO* ¹

Amós Santiago de Carvalho Mendes ²

RESUMO

A partir de uma abordagem direcionada à filosofia clássica, especialmente no que diz respeito aos pensamentos que serviram de base para a formulação da ética do filósofo Aristóteles, o trabalho em voga estabeleceu um estudo acerca da vida teorética ou contemplativa, desde a análise comparativa de alguns filósofos pré-socráticos, destacando-se Platão, até a consolidação do pensamento aristotélico sobre a vida feliz. Considerando os diversos livros da obra *Ética a Nicômaco*, notoriamente o décimo livro, objetivou-se definir o que seria a contemplação para o filósofo estagirita e qual a sua implicância na realização da felicidade humana. A discussão em tela fora incrementada pelo estudo sistemático da literatura científica em torno do aludido tema, de modo a ratificar os aspectos através dos quais Aristóteles funda a felicidade do homem no exercício da vida teorética.

Palavras-chave: Aristóteles, *Ética a Nicômaco*, vida teorética, contemplação, felicidade.

Introdução

O presente artigo aduz a temática em torno da vida teorética ou contemplativa e sua implicância na realização da felicidade humana, conforme o pensamento aristotélico na obra *Ética a Nicômaco*. São estudadas as características que Aristóteles atribuía à capacidade racional humana, as quais, uma vez potencializadas pela referida atividade contemplativa e somadas às condições propícias, culminariam na própria felicidade do homem.

Não obstante, até trazer as definições sobre as quais se debruçou este estudo, é feito um itinerário sobre Aristóteles e sua produção ética, proporcionando-se uma diferenciação de seu pensamento filosófico das especulações dos filósofos anteriores a ele, com relevo a Platão. Neste sentido, faz-se mister uma abordagem inicial acerca do próprio Aristóteles, o contexto histórico de sua pessoa e de suas produções. O filósofo grego é nascido em 384 a.c, em Estagira,

1. Trabalho confeccionado sob a orientação do Prof. Dr. Padre Dilson Passos Júnior.
2. Bacharelado em Filosofia pelo Centro Universitário Salesiano de Lorena – SP.

que à época figurava como uma cidade-colônia grega da Macedônia, Aristóteles foi um dos pensadores mais influentes do denominado período clássico da filosofia. Suas produções foram difundidas desde a sua época, alcançando seguidores e cooperando na elaboração das bases filosóficas e culturais da ocidentalidade. Se não bastasse tratar das especulações, o seu saber se expandia e alcançava outras áreas do conhecimento, como a astronomia, a botânica e, inclusive, a política.

Além de ter vivido a experiência como tutor do rei da Macedônia, o vultoso Alexandre, o “Grande”, a personalidade histórica e filosófica de Aristóteles não pode ser bem compreendida sem se tratar daquele que foi seu mestre por cerca de duas décadas: Platão. Nisso reside a justificativa de se tratar sobre este outro digno mestre no decorrer deste trabalho.

Entretanto, a consideração de Platão, muito além do que mero respeito humano e histórico, faz-se relevante por força da afinidade temática: sua teoria do mundo das ideias trazia um “quê” de contemplação, o qual chegou certamente a influenciar o pensamento filosófico do próprio Aristóteles, conforme será visto adiante. Assim, é preciso considerar que estes dados comparativos entre Aristóteles e Platão apenas serão restritos à delimitação proposta pelo assunto em tela, qual seja a ética, a contemplação e a felicidade.

Outrossim, o pensamento de Aristóteles a respeito da ética é muito amplo e veio à tona através de muitas obras. Entre elas, destaca-se a obra considerada essencial nos estudos da filosofia clássica: a *Ética a Nicômaco*. Cabe referir, todavia, que esta, embora seja objeto central deste estudo, não se trata da única obra em que o grande filósofo discorre sobre temas direta ou indiretamente relacionados à ética.

Ademais, sendo uma obra estruturada em dez livros, *Ética a Nicômaco* é permeada por diversos assuntos, os quais requerem um recorte. Entre tantos temas, ganha destaque o pensamento do estagirita sobre a felicidade (*eudaimonia*), compreendida como o “Bem Supremo” do ser humano. Neste sentido, o filósofo afirma que todos os âmbitos da vida e da expressividade humana, sejam as artes, a investigação, sejam as escolhas do homem, tudo, enfim, tende para o bem.

Todavia, isso não se trata de qualquer bem, mas um fim, o qual seria o bem supremo, isto é, exatamente a felicidade plena, identificada nas palavras de Aristóteles como um “bem viver” ou um “bem agir”. O assunto vai ganhando corpo e, ao tecer suas reflexões, o filósofo clássico incrementa o estudo de outros termos, os quais estariam estritamente relacionados com a felicidade.

Assim, ele examina a fundo a respeito da virtude humana, classificada em dois grandes grupos: as virtudes éticas ou morais (o “meio-termo”, o direito e a justiça – considerada a

principal virtude ética) e as virtudes dianoéticas ou intelectuais (sendo melhores descritas no livro VI da *Ética a Nicômaco*, comumente classificadas como: a arte, a ciência, o discernimento, a inteligência e a sabedoria filosófica, destacando-se a prudência ou *phronesis* como virtude intelectual unida à práxis).

Não obstante esta classificação, não se pode perder de vista que o caráter da virtuosidade humana é uma opção determinada pela razão, sendo esta capaz de direcionar um esforço em busca do “meio-termo” de todas as coisas. Em outras palavras, o exercício racional das virtudes, em especial as virtudes dianoéticas, pode promover a felicidade humana; logo, as virtudes têm uma finalidade de excelência e, uma vez potencializadas ao extremo, são capazes de levar o homem à própria felicidade.

É sobre esta senda que se afunila o estudo, sobre esta felicidade plena e plenamente alcançável pelo exercício racional e filosófico do homem. Reside aí a chamada vida teórica ou contemplativa, que seria a virtude mais alta, a vida segundo o intelecto, a vida mais feliz, uma vez que a felicidade perfeita consistiria em certa atividade contemplativa, nos dizeres do próprio expoente estagirita.

Sem embargo, até plenificar a felicidade, a razão e a contemplação necessitariam de um exercício, o que deixa sublinhado a entrância de outros elementos. Por isso que, ao apresentar sua ética e os requisitos para a realização da felicidade, Aristóteles insere, além da razão e da prática das virtudes, outros aspectos de grande relevância, quais sejam os bens materiais, os bons amigos e inclusive o poder político.

Neste sentido, pode-se observar que as exigências que tornam a vida contemplativa possível seriam as mesmas capazes de garantir a plena felicidade do homem. Entrementes, a existência deste mínimo necessário para o bem-estar material e social de qualquer indivíduo termina por ser condicionante para a realização do homem feliz e isso, quiçá, obnubila o real papel da contemplação, o qual merece ser elucidado.

Adentra-se, destarte, numa problematização: se para Aristóteles, contemplar é ser feliz e ser feliz é contemplar, em que consistiria este “contemplar” do filósofo? É justamente este o caminho que requer um aprofundamento, e é exatamente sobre isto que o presente trabalho se lança.

1. Entre Platão e Aristóteles: confrontação em torno da contemplação

Até chegar à abordagem feita por Aristóteles acerca da vida teórica ou contemplativa e suas implicações, é preciso, conforme sinalizado na introdução acima disposta, fazer um apanhado sobre a forma como a atividade de contemplação tem sido conceituada, sobretudo pelos filósofos ligeiramente próximos ao filósofo estagirita.

Não obstante, deve-se ter em mente, *a priori*, que tal conceituação se encontra vinculada às ideias sobre a divindade e sobre Deus, segundo a concepção grega. De forma muito oportuna, vem o comentário de Reale e Antiseri (1990, p.189):

Para Aristóteles, assim como para Platão e, geralmente, para os gregos, o Divino designa uma ampla esfera, na qual, a diversos títulos, têm lugar múltiplas e diferentes realidades. Já para os naturalistas o Divino incluía estruturalmente muitos entes. E o mesmo vale para Platão. Analogamente, para Aristóteles [...] também é divina a alma intelectual dos homens – divino é tudo aquilo que é eterno e incorruptível.

Observa-se que o pensamento de Aristóteles, como um homem grego, era permeado pelas considerações de sua própria época, quais sejam, de uma compreensão alargada em torno da divindade, sem se reportar ao monoteísmo. No entanto, o diferencial deste grande filósofo foi justamente a extensão do conceito de divindade à alma intelectual do ser humano.

Acerca disso, tornam-se imprescindíveis as considerações de Reale e Antiseri (1990, p. 206-207, grifo nosso), quando afirmam que:

[A contemplação] é a formulação mais típica daquele ideal que os velhos filósofos da natureza haviam procurado realizar em suas vidas, que Sócrates havia começado a explicar do ponto de vista conceitual e que Platão já havia teorizado. Mas em Aristóteles aparece a tematização da *tangência da vida contemplativa com a vida divina*, que faltava em Platão, porque o conceito de Deus como *Mente suprema, Pensamento de Pensamento*, só aparece com Aristóteles.

Logo se pode ver o destaque que foi sendo dado, ao longo do tempo, à denominada vida contemplativa, porém, cada vez mais a partir dos pensamentos platônico-aristotélicos. Vem acrescer tal argumentação o achado de Abbagnano (2007, p. 198):

a atribuição de uma vida puramente contemplativa aos filósofos pré-socráticos, por meio de anedotas [...] é a projeção, no passado, do ponto de vista platônico-aristotélico, que exaltou a vida contemplativa acima da prática e a considerou a única digna do filósofo e, em geral, do homem. Pode-se duvidar da exatidão dessa tese no que concerne à filosofia platônica, que dificilmente poderia ser chamada de contemplativa, pois tinha deliberadas finalidades políticas. Mas certamente é exata no que diz respeito a Aristóteles.

Ora, para além das contribuições dos pré-socráticos, mormente na consideração de um ponto de vista platônico-aristotélico sobre a vida contemplativa ou teórica, logo se pode

perceber uma certa diferenciação entre as filosofias de Platão e de Aristóteles. Embora estes dois filósofos tenham sido estritamente relacionados, não somente em suas vidas de mestre e discípulo, a literatura aponta para uma discrepância no que tange à contemplação.

Tal discrepância requer um aprofundamento, uma vez que se deseja lançar luz sobre o pensamento propriamente aristotélico. Para tanto, malgrado, não se pode prescindir das construções intelectuais de Platão, as quais muito influenciaram seu discípulo, a tal ponto que, conforme Reale e Antiseri (1990, p. 177):

Não se pode compreender Aristóteles senão começando por estabelecer qual foi a sua posição em relação a Platão. Indo-se ao núcleo estritamente teórico, vamos encontrar algumas concordâncias de fundo significativas, muito frequentemente deixadas nas entrelinhas nas épocas posteriores, interessadas em contrapor os dois filósofos, deles fazendo símbolos opostos.

Neste sentido, pode-se observar que algo houve de semelhante entre as especulações de Platão e Aristóteles. Uma destas semelhanças, além da própria crença na alma do ser humano, seria a consideração da capacidade racional como veículo para se alcançar o sumo bem. Não obstante, conforme elucidam Padovani e Castagnola (1976, p. 119) acerca da moralidade em Platão:

Segundo a psicologia platônica, a natureza do homem é racional, e, por consequência, na razão realiza o homem a sua humanidade: a ação racional realiza o sumo bem, que é, ao mesmo tempo, felicidade e virtude. Entretanto, esta natureza racional do homem encontra no corpo não um instrumento, mas um obstáculo [...]. Então a realização da natureza humana não consiste em uma disciplina racional da sensibilidade, mas na sua final supressão, na separação da alma do corpo, na morte.

Em outras palavras, a natureza racional do ser humano esbarraria na sua própria condição de ente dotado de um corpo, chegando à consequência de que a racionalidade não poderia realizar plenamente a natureza humana enquanto não estivesse desgarrada do aspecto corporal. É basicamente nesse aspecto que se estruturam os pensamentos e conceitos próprios do platonismo, sendo que, além de ter uma alma racional, o homem teria uma alma sensitiva e uma alma vegetativa, ambas, outrossim, subordinadas à natureza humana. Resulta disso a seguinte conclusão apontada por Padovani e Castagnola (1967, p. 118):

A faculdade principal, essencial da alma é a de conhecer o mundo ideal, transcendental: contemplação em que se realiza a natureza humana, e da qual depende totalmente a ação moral. Entretanto, sendo que a alma racional é, de fato, unida ao corpo, dotado de atividade sensitiva e vegetativa, deve existir um princípio de uma e outra [...]. Naturalmente, a alma sensitiva e a vegetativa são subordinadas à alma racional.

Em suma, além de ser atrelada a contemplação a uma alma racional, a qual, por sua vez, é submissa ao corpo, sendo quase inerte enquanto se encontra no corpo, em Platão é inaugurado o mundo das ideias, uma vez que “[...] apenas mediante uma disciplina ascética do corpo, que o mortifica inteiramente, e mediante a morte libertadora, que desvencilha para sempre a alma do corpo, o homem realiza a sua verdadeira natureza: a contemplação intuitiva do mundo ideal” (PADOVANI; CASTAGNOLA, 1967, p.118).

É sabido, através disso, que Platão, ao estabelecer sua teoria do mundo das ideias, deteve a possibilidade de realização da contemplação humana como algo adstrito à alma e, sendo esta aprisionada no corpo, apenas a morte seria a via de acesso à plena contemplação. Fora disso, não há que se falar na realização da sabedoria, da filosofia, da contemplação, enfim, da virtude suma.

Conquanto Platão desse destaque à racionalidade, atribuía certo desvalor à condição humana, de modo que o próprio corpo, antes de corroborar com a realização contemplativa, acabava se tornando um empecilho para o próprio homem. Reside nesta assertiva um aspecto de colossal divergência entre Platão e Aristóteles, haja vista que esse considerava o corpo como um instrumento da alma racional, e não um mero obstáculo. (PADOVANI; CASTAGNOLA, 1967).

Neste sentido, diante de Aristóteles, a capacidade humana adquire valor, e tão forte valorização abre uma série de possibilidades materialistas que poderiam cooperar com a existência humana na concretização da atividade teórica. Na verdade, a ética aristotélica fora desenvolvida através de um salto da concepção platônica, abrindo um leque de aspectos que, em detrimento da supervalorização da alma, permitiriam ao homem, com seu corpo e suas condições físicas, alcançar a vida contemplativa.

Daí se pode vislumbrar a insuficiência do pensamento platônico, considerando o seu mundo das ideias, em definir a contemplação como caminho racional de realização humana. É a partir desta consideração que “Aristóteles refutou a teoria do mundo das idéias de Platão, propondo um pensamento que, embora valorizasse a atividade intelectual, teórica, contemplativa como fundamental, resgatava o papel dos bens humanos, terrestres, materiais para alcançar uma vida boa”. (SOARES, 2012, p. 4)

Outrossim, entrevedo a vida humana e a vida contemplativa, compreende Abbagnano (2007, p.198-199), ainda sobre o autor de *Ética a Nicômaco*, que:

a vida teórica é superior à humana. ‘O homem não deve, como dizem alguns, conhecer as coisas humanas, como homem, conhecer as coisas mortais, como mortal, mas tornar-se o mais imortal possível e fazer de tudo para viver segundo o que nele há de mais elevado: embora isso seja pouco em quantidade, supera em potência e calor todas as outras coisas’[...]. Sobre essa noção deveria basear-se toda a filosofia pós-

aristotélica, dos epicuristas aos neoplatônicos, destinada a exaltar a figura do ‘sábio’, do homem cuja vida se resume ou se esgota na contemplação.

Através do supramencionado, torna-se nítido o caráter de ineditismo ao redor do que vem a ser contemplação, e foi o próprio Aristóteles, com sua ética, um dos que mais corroborou tal caráter. Ademais, resta ratificada a necessária desvinculação do pensamento de Platão e de seu discípulo mais ilustre, mormente no que tange à vida teórica. Resta, no entanto, esclarecer quais seriam os demais aspectos humanos que poderiam cooperar para a plena felicidade, tendo como esteio a atividade contemplativa.

2. Aspectos acerca da felicidade na obra *Ética a Nicômaco*

Em se considerando a necessidade de adentrar mais na temática da contemplação em Aristóteles, principalmente a partir da obra *Ética a Nicômaco*, faz-se mister o aprofundamento no que tão nobre filósofo ponderou em torno da felicidade humana. Isso para que, ao final, se possa vislumbrar melhor o quanto que a vida feliz tem de vida contemplativa, em termos aristotélicos.

Estruturada em dez livros, *Ética a Nicômaco* é permeada por diversas temáticas, fundamentando-se em considerações que têm colaborado na construção de uma intuição moral e ética desde a época de Aristóteles até os dias de hoje. Entre tantos temas, ganha destaque o pensamento do filósofo grego sobre a felicidade, compreendida como o bem supremo do ser humano.

Neste sentido, desde a primeira parte da obra, o próprio autor sopesa que todos os âmbitos da vida e da expressividade humana, sejam as artes, a investigação, sejam as escolhas do homem, tudo, enfim, tende para o bem. Todavia, não se trata de qualquer bem, mas um fim, o qual seria o bem supremo (ARISTÓTELES, 2016). Este “bem” concebe-se como a felicidade, identificada nas palavras de Aristóteles como um “bem viver” ou um “bem agir”.

Não obstante, entre o viver e o agir aristotélico fica subentendida a necessidade de uma decisão, a qual perpassa pela faculdade racional. Em outras palavras, mais do que uma mera percepção sensitiva ou emotiva, a felicidade deveria ser, antes de uma emoção sujeita à transitoriedade das circunstâncias, um produto aperfeiçoado pela razão, o fruto de uma decisão racional.

Depreende-se, deste pensamento, a afirmação da existência de uma relação profunda entre a felicidade e a razão, de modo que, para Aristóteles, a mediação racional seria uma disposição procedente de uma escolha, sendo que, onde há uma escolha, há o concurso da razão (SILVA, 2008). Assertivas como essas terminam por inserir o elemento da racionalidade como lastro fundamental da felicidade conforme a ética aristotélica.

Dada a complexidade das reflexões, além da racionalidade, o próprio filósofo clássico incrementa o estudo de outros termos, os quais estariam diretamente relacionados com a felicidade: “uma vez que a felicidade é alguma atividade da alma segundo a virtude perfeita, seria necessário examinar a fundo a respeito da virtude, pois assim poder-se-ia melhor contemplar também acerca da felicidade [...]. Evidentemente, deve-se examinar a virtude humana” (ARISTÓTELES, 2016, p. 37).

O exame apurado desta virtude humana é elaborado pelo próprio Aristóteles (2016, p. 51), no livro II da *Ética a Nicômaco*, com as seguintes contribuições:

a virtude é uma disposição de caráter relacionada a uma escolha deliberada e ocupa uma posição central em relação a nós, a qual é determinada pela razão e determinaria o homem dotado de sabedoria prática. Mas é um meio-termo entre dois vícios, um pelo excesso e outro pela falta, mas em alguns vícios há mais ou menos do que é necessário em relação às paixões e também às ações, uma vez que a virtude descobre e escolhe a posição intermediária.

Pode-se observar que o próprio caráter da virtuosidade a ser atribuída ao homem é uma opção determinada pela razão, sendo essa capaz de direcionar um esforço em busca do “meio-termo” de todas as coisas. A virtude seria o agente preexistente e trabalhado no ser humano, capaz de orientá-lo ao encontro de suas realizações, não permitindo que o mesmo venha a incorrer em vícios ou paixões.

A partir dessas elaborações, em Aristóteles, resulta fundamentada a existência das chamadas virtudes intelectuais ou dianoéticas: representando a razão, essas virtudes radicam na parte racional da alma e dizem respeito ao que o homem tem de melhor, isto é, à capacidade intelectual e linguística (SILVA, 2008).

As informações aludidas acima são melhores descritas no livro VI da *Ética a Nicômaco*, do qual se pode desprender as cinco virtudes intelectuais, comumente classificadas como: a arte, a ciência, o discernimento, a inteligência e a sabedoria filosófica. Ademais, é apresentada com grande relevo a prudência, identificada como uma virtude intelectual unida à práxis.

Longe de se intentar esgotar a temática sobre as cinco virtudes intelectuais, é relevante a síntese de Pinto (2010, p.10, grifos nossos), em que se vê:

(...) a *arte*, como idêntica a uma capacidade de produzir envolvendo o reto raciocínio, o *conhecimento científico*, como um estado que nos torna capaz de demonstrar, além de conhecer os pontos de partida, a *sabedoria prática*, como uma capacidade verdadeira e raciocinada de agir com respeito às coisas que são boas ou más para o homem, a *razão intuitiva* que consiste no fato último e variável, e a *sabedoria filosófica*, como conhecimento científico, combinado com a razão intuitiva daquelas coisas que são mais elevadas por natureza.

A partir desse recorte, é possível auferir sinais do que poderia promover a felicidade humana, sendo o exercício racional das virtudes, em especial das virtudes dianoéticas, um aumentativo dos potenciais do homem. Não obstante, segundo Aristóteles, não é suficiente ter as virtudes, ou seja, ser virtuoso: é preciso usá-las, colocá-las em prática. Assim, o homem poderia avançar no itinerário da própria felicidade.

Não obstante o explanado, apenas o uso da razão comungado com o exercício das virtudes não seria o suficiente para constituição do homem feliz. Sobre isso, vem tratar o próprio Aristóteles (2016, p. 31):

mas parece, contudo, que ela [a felicidade] precisa de bens exteriores, assim como dissemos, pois é impossível, ou não é fácil, realizar coisas boas estando sem condições. Muitas, de fato, são usadas como instrumentos, através dos amigos, da riqueza e do poder político. Mas sendo privado de algumas, desfiguram o homem feliz, como a nobreza de nascimento, a felicidade em ter filhos e a beleza.

Em outras palavras, ao caracterizar a felicidade do homem, Aristóteles insere, além do elemento da racionalidade e da prática das virtudes, outros elementos de grande relevância e preponderância, quais sejam os bens materiais, os bons amigos e inclusive o poder político. Em suma, tratar-se-iam das condições básicas, isto é, do mínimo necessário para o bem-estar material e social de qualquer indivíduo.

Destarte, há que se considerar que o “bem viver” e o “bem agir” abarcam outras necessidades. Imbuído do pensamento aristotélico, é plausível afirmar que “o homem feliz, também necessita de prosperidade exterior como a riqueza, honras, prazeres, pois sua natureza não basta a si mesma para atingir a contemplação. O corpo precisa gozar da saúde, de ser alimentado e cuidado” (PINTO, 2010, p. 11).

Interessante é o destaque que Aristóteles atribui, nos livros VIII e IX da *Ética a Nicômaco*, à presença dos bons amigos. A amizade é de suma importância para o filósofo, já que se trata de uma virtude ou implica virtude e, além disso, torna-se primordial para a vida do indivíduo, tanto no relacionamento com a *polis*, como no alcance da felicidade. (PINTO, 2010). Porém, essa amizade não pode ter cunho utilitarista, nem pode ser fundada no mero prazer.

Diante do exposto até então, é oportuno ratificar que (REALE; ANTISERI, 1990, p. 204):

Assim, Aristóteles proclama os valores da alma como valores supremos, embora, com seu forte senso realista, reconheça uma utilidade também aos meios materiais em quantidade necessária, já que eles, mesmo não estando em condições de dar a felicidade com sua presença, podem [...] comprometê-la com sua ausência.

Todavia, neste panorama, é válido questionar: qual o lugar destinado exclusivamente à razão ou à atividade contemplativa? Vêm, em socorro, novamente, Reale e Antiseri (1990, p. 203), ao reiterar que:

O bem supremo realizável pelo homem [a felicidade] consiste em aperfeiçoar-se enquanto homem, ou seja, naquela atividade que diferencia o homem de todas as outras coisas. Assim, não pode consistir no simples viver como tal, porque até os seres vegetativos vivem, nem mesmo viver na vida sensitiva, que é comum também aos animais. Só resta, portanto, a atividade da razão. O homem que quer viver bem deve viver segundo a razão.

Culmina-se, destarte, na razão como meio de alcance para a felicidade. Ora, esta atividade da razão se trata da própria atividade teórica ou contemplativa. Faz-se mister, doravante, buscar definir melhor o que caracteriza e em que consiste, nesta seara, a vida contemplativa ou teórica consoante a ética de Aristóteles.

3. A implicância da atividade contemplativa na realização da felicidade do homem segundo Aristóteles

Embora sendo tratada, ainda que de forma indireta, em diversos livros dentro da obra *Ética a Nicômaco*, as expressões “atividade teórica”, ou mesmo “atividade contemplativa” e “atividade intelectual” não são abordadas de forma definitiva ou conceitual por Aristóteles. Na verdade, o termo “contemplação”, inclusive, chega a ser traduzido de formas diferenciadas pela literatura filosófica, sendo atribuída equivalência a palavras como felicidade (*eudaimonia*) ou mesmo à virtude da prudência (*phronesis*).

Pode-se atribuir essas equivalências ao fato de haver profunda conexão entre os sentidos que tais termos adquirem na ética aristotélica. Ademais, isso é plenamente justificável, pois “a contemplação eleva o homem até o divino, o eterno, e esta é a melhor atividade que só é possível pela razão teórica, tendo como guia a virtude da sabedoria” (SILVA, 2008, p.40).

Longe de se intentar esgotar as origens destas relações e suas implicações, o que vem ao caso do presente estudo é a afirmação de que, por detrás das diferenciações, os termos

relativos à contemplação, em Aristóteles, terminam por se referir à vida dedicada ao conhecimento, o que seria a melhor parte do homem. E não simplesmente isso: seria a atividade que, de certa forma aproximaria o homem da divindade.

A atividade intelectual, para o filósofo estagirita, é vida, é uma atividade contínua e eterna, a qual subsiste por si mesma. Como Deus, na amplitude de visão de Aristóteles, é algo que se encontra perenemente, em condição superior, tornando-se vida, e sendo a atividade da inteligência vida, Deus seria, precisamente, atividade intelectual. (REALE; ANTISERI, 1990).

Muito além do próprio homem, porém sem desconsiderar o dado humano, qual seja, a realidade própria das limitações e as condições do viver, a contemplação seria uma via de acesso a uma outra realidade, um itinerário de excelência, um canal de contato do homem com a divindade. Não seria absurdo, portanto, afirmar que o Inteligível poderia ser encontrado pelo homem, pois, na verdade, estaria no próprio homem.

Sobre isso, o autor de *Ética a Nicômaco* leva a acreditar que, quando o homem, na medida do possível, vive segundo a parte mais nobre que existe nele, o intelecto, ele é capaz de se imortalizar. No entanto, embora a excelência do intelecto possa parecer ter necessidade de alguns bens exteriores, aquele que se aplica a esta atividade de contemplação pode chegar a ser autossuficiente. Logo, o filósofo, ao contemplar, mesmo estando sozinho, é o homem que se basta a si mesmo.

Sem incorrer em aspectos meramente místicos ou exageradamente transcendentais, diferentemente de Platão e alguns filósofos pré-socráticos, na compreensão aristotélica, “[...] Contemplar a verdade do *kósmos* é contemplar o verdadeiro e imutável, o que é divino. Contemplar o divino – o divino aqui é adjetivo – equívale então à atividade mais virtuosa que o homem pode alcançar em sua condição mortal” (BONACCINI, 1995, p.139, grifo do autor).

Observa-se que a condição humana não seria empecilho, ao contrário, corroboraria na atividade contemplativa, sobretudo quando se agregam positivamente os diversos fatores significativos para a plena realização do homem. Ademais, considerando que a atividade contemplativa é a sabedoria filosófica em ação (SILVA, 2008), insere-se um caráter prático da vida teórica.

Esse caráter prático faz recordar, justamente, a virtuosidade humana como prerrogativa usual para o desempenho da vida contemplativa. Tal caráter se torna crucial, haja vista que “[...] segundo Aristóteles, a atividade fundamental da alma é teórica, cognoscitiva, e dessa depende a prática, ativa, no grau sensível bem como no grau inteligível” (PADOVANI; CASTAGNOLA, 1967, 2008, p. 131).

Destarte, com facilidade se percebe o retorno do tema das virtudes humanas na definição da contemplação. E, junto às virtudes, como corolário, tangencia-se a própria felicidade, sendo que, segundo Bonaccini (1995, p. 136-137)

Conquista-se a felicidade [em Aristóteles] quando se consegue ter constância, isto é, ser firme numa certa disposição anímica que consiste na ponderação racional dos extremos possíveis em toda situação moral de decisão. O que significa que só somos felizes se somos virtuosos, e que só seremos virtuosos se soubermos deliberar e escolher racionalmente[...]

Através desta colaboração, de certa forma se retomam as considerações feitas alhures, quais sejam – além da virtude, da razão e da felicidade – o “meio-termo”, a moralidade e o poder de decisão que cabe ao ser humano em contemplação. No fim, tudo isso vem reforçar o quanto de antropológico tem o homem contemplativo e, concomitantemente, quão feliz pode ser o contemplativo com elementos antropológicos.

Mais se reforça o pensamento supramencionado quando se sabe que “a função própria do homem, e o seu bem é viver conforme a faculdade da alma que lhe diz respeito. Dessa maneira a felicidade está relacionada com a concepção antropológica, segundo a qual o homem é um animal racional” (SILVA, 2008, p. 50).

Entrementes, longe de ser um simples animal racional e, outrossim, sem a pretensão de buscar ser um deus, o homem sábio, aquele que contempla, desfrutaria mais plenamente da disposição e do apreço do divino, seria o mais caro aos deuses e o mais feliz de todos. Voltando ao pensamento já abordado, pode-se afirmar que a relação entre o homem e a divindade é tão melhor vivenciada quanto mais a vida teórica for intensamente explorada.

Essa atribuição da felicidade atrelada ao divino já tinha sido sinalizada pelo próprio expoente estagirita: “Assim, a atividade divina, que em felicidade ultrapassa todas as outras, seria apenas contemplativa. E, por consequência, de todas as atividades humanas, aquela que é a mais semelhante à atividade divina será também a maior fonte de felicidade” (ARISTÓTELES, 2015, p. 289).

E, neste íterim, considerando todo o exposto, já se vislumbra a profunda consistência que existe entre a felicidade e a contemplação em Aristóteles. Sobre isso, muito colaboram as inquietações de Silva (2008, p. 63):

Mas em que consiste a felicidade enquanto contemplação? Os deuses conforme à concepção humana são bem-aventurados e, portanto, sumamente felizes [...], e a atividade humana que está em contato com o divino é a vida intelectual, contemplativa. Esta ‘atividade tem afinidade com a atividade de Deus’ e, portanto, é a que traz a verdadeira felicidade.

A consideração desta afinidade entre a bem-aventurança dos deuses e a felicidade humana, que é conquistada pela atividade contemplativa, vem a calhar com a argumentação em defesa da contemplação como potencializadora da felicidade e geratriz da plena realização humana.

Destarte, resta confirmada a profunda e positiva implicância que a vida teórica exerce na construção do homem feliz, sob a ótica da *Ética a Nicômaco*. Isso atesta o seu próprio autor, o mesmo filósofo clássico (2015, p. 289):

A felicidade então coexiste com a contemplação, e quanto mais se possui a faculdade de contemplar, mais também se é feliz, não por acidente, mas em virtude da própria contemplação, pois essa é por si só um grande prêmio. De modo que a felicidade seria uma forma de contemplação

Resulta ratificada, outrossim, a ponderação de que as condições que tornariam a atividade teórica realizável são as mesmas capazes de garantir a plena felicidade do homem. Em outras palavras, para a ética de Aristóteles, contemplar é ser feliz e ser feliz é contemplar.

Considerações finais

Longe de esgotar temática tão exigente, o estudo empreendido apenas instiga futuros aprofundamentos, seja no pensamento aristotélico, sua *Ética a Nicômaco* e outras obras, ou mesmo na conceituação em torno da vida contemplativa.

O que sobeja até o momento é a contribuição de Aristóteles ao apontar, diferentemente de Platão e de alguns filósofos pré-socráticos, a atividade teórica como via de acesso do homem à própria felicidade sem menosprezar as condições humanas, mas, ao contrário, utilizando-se delas.

Por isso, e por todo o exposto, a capacidade de contemplar se torna a melhor atividade do homem, dentre tantas outras, contendo atributos de pureza e perenidade. Ela é pura por derivar do intelecto, apontado como aquilo que o homem tem de melhor, e é a mais contínua em relação a qualquer outra ação.

Se o homem contemplativo, nos moldes do pensamento aristotélico, será plenamente feliz ou não, a resposta caberá a ele mesmo. O certo é que nada se perderia ao se viver o ideal

teorético que, sendo profundamente arraigado na própria natureza racional humana, só tem a potencializar as faculdades e experiências da vida.

Na pior das hipóteses, a contemplação é fonte de prazer, é expressividade da arte de pensar. Mesmo que esta atividade não chegue a produzir nada além do próprio ato de contemplar, ainda assim ela pode ser produtiva e bem quista por si mesma.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. trad. Alfredo Bosi. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. trad. Luciano Ferreira de Souza. São Paulo: Martin Claret, 2015.

BONACCINI, Juan Adolfo. **Virtude e Contemplação na Ethica Nicomachea**. Natal: Departamento de Filosofia UFRN, 1995. Disponível em <<https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/714/657>> Acesso em 30/04/2018

PADOVANI, Humberto; CASTAGNOLA, Luís. **História da Filosofia**. 7ª ed. São Paulo: Edições Melhoramento, 1967

PINTO, Elias Fernandes. **A ética aristotélica: o caminho para a felicidade completa**. 11ª ed. Brasília: Revista Filosofia Capital – RFC, 2010. v. 5. n. 11. p. 03-12. Disponível em <<http://www.filosofiacapital.org/ojs-2.1.1/index.php/filosofiacapital/article/view/132>> Acesso em 29/04/2018.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média**. Coleção Filosofia. 3ª. ed. São Paulo: Paulus, 1990. v. 1.

SILVA, Sandro Luiz da. **A ética das virtudes de Aristóteles**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2008. 78 p. Disponível em <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2039>> Acesso em 29/03/2018.

SOARES, Eliana. [Blog] **Filosofia em rede: Aristóteles e felicidade**. Postado em 8 de agosto de 2012. Disponível em <<http://elimarol.blogspot.com.br/2012/08/aristoteles-e-felicidade.html>> Acesso em 29/04/2018.